



## A influência dos escritos de Mao Tsé-Tung e Ernesto Che Guevara na obra de Carlos Marighella

Beatriz Leal<sup>1</sup>

### Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar a influência dos escritos de Mao Tsé-Tung e Ernesto Che Guevara na obra de Carlos Marighella. Isso, pois, a partir da compreensão de que a experiência de Cuba com Fidel Castro foi responsável por incitar outras revoluções na América Latina, a Ação Libertadora Nacional pode ser interpretada como um braço do foquismo no Brasil. Por outro lado, a principal obra a influenciar a estratégia político-militar concebida por Marighella pode ser associada à doutrina da Guerra Popular Prolongada de Mao Tsé-Tung. Pondera-se, ainda, sobre o trabalho de Marighella enquanto um componente original e formulado a partir das especificidades da realidade brasileira. A partir de reflexões sobre o conceito de guerra revolucionária e mobilizando os escritos dos líderes revolucionários mencionados como suas principais fontes, o presente trabalho consiste em uma investigação qualitativa de cunho descritivo. O texto encontra-se, então, dividido em quatro principais seções. No tocante aos resultados, o presente artigo almeja apresentar conclusões de interesse sobre iniciativas que marcaram a história, com ênfase no contexto latino-americano.

**Palavras-chave:** Guerra Revolucionária, Guerra Popular Prolongada, Foquismo, Guerrilha Urbana.

## La influencia de los escritos de Mao Zedong y Ernesto Che Guevara en la obra de Carlos Marighella

### Resumen

Este artículo tiene como objetivo analizar la influencia de los escritos de Mao Zedong y Ernesto Che Guevara en la obra de Carlos Marighella. Esto se debe a que, partiendo de la base de que la experiencia de Cuba con Fidel Castro fue responsable de incitar otras revoluciones en América Latina, la Acción de Liberación Nacional puede interpretarse como un brazo del foquismo en Brasil. Por otra parte, el libro principal que influyó en la estrategia político-militar concebida por Marighella puede asociarse con la doctrina de la Guerra Popular Prolongada de Mao Zedong. Considerase, también, la obra de Marighella como un componente original y formulado a partir de las especificidades de la realidad brasileña. A partir de reflexiones sobre el concepto de guerra revolucionaria y movilizando como fuentes principales los escritos de los líderes revolucionarios antes mencionados, este trabajo consiste

<sup>1</sup> Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM/USP), vinculada à Linha de Pesquisa “Práticas Políticas e Relações Internacionais” e bolsista pela CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Faz parte do Berta Coletivo Latinoamericano e, atualmente, desenvolve pesquisas com ênfase em Agronegócio, Educação e Estudos Decoloniais sobre Fronteira(s) na América Latina. E-mail: lealbeatriz@usp.br

en una investigación cualitativa de carácter descriptivo. El texto se divide en cuatro secciones principales. En cuanto a los resultados, este artículo pretende presentar conclusiones de interés sobre iniciativas que marcaron la historia, con énfasis en el contexto latinoamericano.

**Palabras-clave:** Guerra Revolucionaria, Guerra Popular Prolongada, Foquismo, Guerrilla Urbana.

## **The influence of the writings of Mao Zedong and Ernesto Che Guevara on the work of Carlos Marighella**

### **Abstract**

This article aims to analyze the influence of the writings of Mao Zedong and Ernesto Che Guevara on the work of Carlos Marighella. Based on the understanding that Cuba's experience with Fidel Castro was responsible for inciting other revolutions in Latin America, the National Liberation Action can be interpreted as an offshoot of the foco theory in Brazil. On the other hand, the main work that influenced the political-military strategy conceived by Marighella can be associated with Mao Zedong's doctrine of Protracted People's War. Marighella's work as an original component and formulated based on the specificities of Brazilian reality is also considered. Based on reflections on the concept of revolutionary war and mobilizing the writings of the mentioned revolutionary leaders as its main sources, this work consists of a qualitative investigation with a descriptive nature. With that, the text is divided into four main sections. Regarding the results, this article aims to present conclusions of interest about initiatives that marked history, with an emphasis on the Latin American context.

**Key words:** Revolutionary War, Protracted People's War, Foco Theory, Urban Guerrilla.

### **Introdução**

O fenômeno da guerra revolucionária encontra-se associado a dois principais aspectos da modernidade: o industrialismo e o imperialismo. Ambos são mobilizados, de maneira ampla, pelo marxismo e suas capilaridades. Razão pela qual tal doutrina política, intelectual e militar – em especial, a marxista-leninista – detém centralidade no tocante tanto ao conceito quanto aos casos práticos articulados pelo presente artigo. Neste sentido, visando contextualizar o conceito de guerra revolucionária, este trabalho mobiliza, em especial, o trabalho de Héctor Saint-Pierre (1997) e suas reflexões sobre a estratégia revolucionária leninista.

John Shy e Thomas Collier (2003) estabelecem que o texto-base que contém e apresenta os princípios da luta revolucionária são os escritos de Mao Tsé-Tung. Isso, pois – tendo em vista a resistência armada à ocupação japonesa depois de 1937 e a luta contra o governo nacionalista chinês – Mao Tsé-Tung desenvolveu uma doutrina original e demonstrou

que um conflito armado empregando táticas de guerrilha e guiado por uma versão heterodoxa do marxismo-leninismo seria capaz de alcançar a vitória.

Tratando-se do contexto latino-americano, a primeira revolução triunfante alinhada aos ideais do marxismo foi conduzida e dirigida por uma coluna de guerrilheiros operando em zonas montanhosas e em áreas rurais. De acordo com João Quartim Moraes (1997), a Revolução Cubana caracterizou-se por sua dinâmica política e estratégica, a qual se encontrava inserida nos princípios das revoluções agrárias e anti-imperialistas. Além disso, ela foi orientada por uma liderança guerrilheira, cuja composição e programa correspondiam ao de uma frente de libertação nacional.

Com o sucesso da Revolução Cubana, o então presidente do país – Fulgêncio Batista – foi destituído e Fidel Castro assumiu o poder. Ao seu lado, durante os anos da Revolução (isto é, de 1953 a 1959), atuou o guerrilheiro argentino Ernesto Guevara de la Serna. Consagrando-se na narração histórica como Che Guevara, ele foi responsável por teorizar a estratégia político-militar que pautou a execução da luta revolucionária em Cuba e a levou até a vitória; tendo sido essa intitulada de *foquismo*.

Tal doutrina conta com reflexões tanto sobre aspectos internos da realidade cubana quanto sobre nuances das dinâmicas internacionais e foi apresentada na obra de Guevara, o livro: *A Guerra de Guerrilha*, de 1960. Em 1967, o sociólogo francês Régis Debray, colega de Che Guevara e entusiasta do pensamento proposto pelo filósofo marxista-estruturalista Louis Althusser, desenvolveu o foquismo, de forma mais aprofundada, em seu ensaio “Revolução na Revolução? Luta Armada e Luta Política na América Latina”. O sociólogo francês foi para Cuba acompanhar de perto as ações do grupo de Castro, seu irmão Raúl Castro e Guevara. Debray seguiu os passos do último, também na Bolívia, onde foi preso. Guevara além de preso também seria assassinado. A obra referida de Debray ficou conhecida como o principal manual do foquismo.

Para Debray (1995), em muitas nações da América Latina, a revolução era inevitável àquele tempo, tendo vista as condições de exploração dos trabalhadores, o desenvolvimento da consciência revolucionária nas camadas populares, a crise mundial do imperialismo e o movimento universal da luta dos povos subalternizados. Esta perspectiva ganhou destaque internacional, sobretudo, a partir de 1966, devido à criação da OLAS – Organização Latino-Americana de Solidariedade. O órgão visava apoiar e treinar grupos guerrilheiros advindos de toda a América Latina e, portanto, do Brasil.

Neste sentido, tratando-se do contexto brasileiro, a figura histórica que obteve relevância no tocante ao desenvolvimento de estratégias político-militares no âmbito das

guerras revolucionárias foi Carlos Marighella.

Nascido em Salvador, Bahia, Marighella deixou a universidade, iniciou sua trajetória na militância ao lado do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e, ainda na década de 1930, mudou-se para o Rio de Janeiro. Foi eleito deputado federal pelo mesmo partido em 1945. Todavia, devido a divergências com o PCB no tocante ao golpe de Estado que instaurou a Ditadura Militar no Brasil, Marighella deixou o partido e formou o Agrupamento Comunista de São Paulo. Mais tarde, esta organização foi transformada e deu origem à Ação Libertadora Nacional (ALN): essa tornou-se a maior organização promotora de ações de guerrilha urbana no país. Em 4 de novembro de 1969, Marighella foi assassinado em uma emboscada planejada e executada por militares, na cidade de São Paulo-SP (Magalhães, 2012).

Tendo em vista o acima exposto, este artigo tem como objetivo analisar a influência dos escritos de Mao Tsé-Tung e Ernesto ‘Che’ Guevara na obra de Carlos Marighella. Em 1953, Marighella foi convidado pelo Comitê Central Comunista Chinês para conhecer o modelo revolucionário implementado no país (Valente, 2017). Igualmente, entre os dias 31 de julho e 10 de agosto de 1967, Marighella participou da conferência da OLAS na capital cubana de Havana (Sales, 2008). No entanto, ao mesmo tempo em que este trabalho busca apresentar aproximações entre as três doutrinas referidas, a partir da concepção marxista-leninista de guerra revolucionária, almeja-se, também, projetar o formulado por Marighella enquanto algo original e pensado a partir da realidade singular brasileira.

Através da mobilização de fontes primárias (os principais escritos do trio de personalidades mencionadas), o presente trabalho consiste em uma investigação qualitativa de cunho descritivo. De maneira respectiva, o texto em questão – para além da Introdução e das Considerações Finais – divide-se em mais quatro principais seções. No que diz respeito aos resultados apresentados, por meio da articulação das doutrinas de guerra revolucionária impulsionadas pelas lideranças referidas, este artigo almeja apresentar conclusões de interesse sobre iniciativas que marcaram a história – com ênfase, sobretudo, em um contexto latino-americano.

## **1. O conceito de Guerra Revolucionária**

De acordo com Héctor Saint-Pierre (1997), a guerra internacional consiste em um conflito bélico onde os atores envolvidos são dois ou mais Estados; estando eles se enfrentando diretamente, reunidos em blocos de poder opositores ou em outra possível configuração de confronto no sistema internacional. Diferentemente, a guerra pode ser,

também, empreendida dentro de um mesmo Estado. Isto é, duas partes que integram um mesmo país e disputam entre si o controle legítimo de um mesmo território. Neste caso, tal confronto bélico é chamado de guerra civil. No tocante à guerra civil, porém, a última pode ser de várias naturezas: uma delas é a *guerra revolucionária*.

Saint-Pierre (1997) define “guerra revolucionária” como a procura da desestabilização das relações de força, objetivando alcançar um novo equilíbrio que permita instaurar uma sociedade sem classes. Em suas palavras, é “[...] um conflito armado onde o que está em jogo é o domínio político de uma classe social” (Saint-Pierre, 1997, p. 35).

Neste prisma, o tema da guerra revolucionária posiciona-se na intersecção entre a teoria da guerra e a teoria da luta de classes. Valendo-se, em grande medida, do articulado por Lênin em seus trabalhos sobre o confronto revolucionário, Saint-Pierre (1997) argumenta que, embora todas as guerras revolucionárias sejam guerras civis, não são todas as guerras civis que são guerras revolucionárias. A luta revolucionária tem, ainda, na *guerra de guerrilhas* uma das suas principais táticas de condução, ainda que possa ser orquestrada por meio de outras formas de ação, inclusive, não-violentas (Shy; Collier, 2003).

Em seus escritos sobre o tema, Lênin (1980) elabora, de maneira geral, a estratégia revolucionária como a transformação da guerra imperialista internacional em múltiplas guerras nacionais. Essas acabariam resultando em guerras revolucionárias através do confronto armado entre classes. Projetando, então, a Revolução Russa como um processo de transformação da guerra imperialista em guerra civil; o qual seria, também, o primeiro passo para o encerramento do confronto.

Para Saint-Pierre (1997), Lênin conseguiu elaborar uma concepção estratégica na qual se uniu, de maneira original, a teoria marxista da luta de classes com a teoria *clausewitziana* da guerra. Isto é, a máxima descrita pelo general prussiano, estrategista militar e teórico da guerra Carl von Clausewitz, em sua obra *Da Guerra*, de 1832: a guerra como continuação da política. Pressupondo, portanto, que a guerra é, em si mesma, um ato político, de modo que, a guerra é indissociável do seu caráter político.

A partir desta compreensão, a política pode se manifestar através tanto da diplomacia quanto da guerra: respectivamente, pacífica ou violentamente – ainda que, em todos os casos, amparada em relações de poder. A guerra configura-se, então, enquanto a política travestida de violência e força. O que passa a caracterizar a guerra, com isso, não são os meios, mas a política à qual aquele confronto está respondendo. Isto é, quais objetivos políticos pretende-se alcançar por meio do embate bélico.

A lógica orientando a luta revolucionária, assim como a que direciona qualquer outra

guerra, é a lógica da política. A consistência de determinado conflito revolucionário será fornecida pela política que o precede, bem como esta mesma política direciona as ações bélicas ao longo do embate. “A guerra não tem lógica própria e em momento algum é autônoma em relação à política” (Saint-Pierre, 1997, p. 38). Portanto, a guerra apresenta-se como revolucionária a partir do momento que ela estabelece-se como a manifestação bélica de uma política revolucionária, a serviço de uma causa revolucionária.

Vale dizer que, neste tópico, como articulam John Shy e Thomas Collier (2003), a propaganda desempenha um papel fundamental na guerra revolucionária. Ou seja, através de um movimento político popular que exige um longo período de enfrentamento bélico, a guerra revolucionária visa institucionalizar um programa político ou social amplamente divulgado por meio da propaganda.

No que se refere à estratégia, a ação revolucionária, até a conquista da tomada do poder, é executada a partir de três etapas diferentes: a preparação, o assalto e a consolidação. Cada um destes momentos requer cuidados especiais e apresentam riscos variados. Nas palavras de Saint-Pierre:

O momento preparatório é aquele no qual se formula a concepção estratégica global do processo revolucionário, mas também no qual se definem as alianças políticas e se consolida o grupo de vanguarda que comandará as ações. O segundo momento é o do ataque, o momento do assalto em que serão tomados os pontos considerados estratégicos para o êxito da operação, em que as forças revolucionárias passam para a ofensiva para tomar os pontos sensíveis do sistema do inimigo. Finalmente o momento de consolidação, que consiste em eliminar os bolsões de resistência evitando que o inimigo possa se reagrupar e reordenar suas forças para intentar um contragolpe (1997, p. 38).

Sobre isso, ainda que Saint-Pierre (1997) reconheça que estes três estágios do enfrentamento bélico seja comum a toda tomada do poder violenta e a todo confronto armado, eles desenvolvem-se de maneiras distintas, a depender da forma do embate.

No caso da guerra convencional (entre Estados), o primeiro momento do conflito demanda cuidado, tratando-se da proteção de informações, da estratégia e do plano de ação do enfrentamento bélico, embora não apresente tanto risco para as próprias forças militares. A fase do assalto, em compensação, impõe mais dificuldade aos atores envolvidos. É quando os combates decisivos acontecem e, portanto, o momento onde os exércitos têm mais perdas e podem ser derrotados.

No tocante à guerra revolucionária, ao contrário, a etapa de maior periculosidade é a da preparação. É quando as forças revolucionárias ficam mais vulneráveis à infiltração por

parte dos serviços de inteligência contrarevolucionários, tendo em vista a necessidade de se criar alianças nesta fase do embate. Ao passo que, com a primeira parte do conflito sendo bem sucedida, o segundo momento é facilitado. A última fase de enfrentamento deste tipo de confronto, segundo Saint-Pierre (1997), geralmente, assume características de guerra civil – o chamado “terror revolucionário”. Em suma, nos termos de Marighella (1969b, p. 4), “transformar a crise política permanente em uma situação militar”.

## **2. A Guerra Popular Prolongada de Mao Tsé-Tung**

A produção *Obras Escolhidas de Mao Tsé-Tung, Tomo II* (1975) reúne uma série de trabalhos de autoria do líder chinês. Dentre eles, no que concerne à temática deste trabalho, há o qual existe sob o título: Sobre a Guerra Prolongada. Esse corresponde a um conjunto de palestras proferidas por Mao Tsé-Tung entre os dias 26 de maio e 5 de junho, na Associação para o Estudo da Guerra de Resistência contra o Japão, em 1938. A referida data consiste no momento no qual o conflito entre o Japão e a China completava um ano de duração. A denominada “Segunda Guerra Sino-Japonesa” ocorreu de 1937 a 1945, existindo – previamente e de forma concomitante – à Segunda Guerra Mundial.

Com a vitória da China no confronto, o país enfrentou a Guerra Civil Chinesa (ou a segunda fase dela, a depender da literatura consultada). Na data de 1946 até 1949, as forças nacionalistas e comunistas chinesas enfrentaram-se, o que deu origem à República Oriental da China e estabeleceu Mao Tsé-Tung como seu presidente.

Por sua vez, anteriormente ao triunfo da vertente comunista no território chinês, Mao Tsé-Tung – visando derrotar as investidas japonesas no país – dedicou-se ao desenvolvimento de sua estratégia político-militar: a Guerra Popular Prolongada (GPP). A última recebe o nome de *prolongada*, porque, com o tempo de conflito decorrido, Mao Tsé-Tung percebeu que o vencimento rápido e decisivo do Japão contra a China, o que muito fora anunciado, não aconteceria.

Nesta lógica, o conflito armado deveria ser prolongado ao máximo, com a tática de guerrilha sendo fundamental para qualquer êxito do *maoísmo*. Em adição, Mao Tsé-Tung (1975) frisava que, para esta forma de combate, o apoio de todos é fundamental: isto é, qualquer pessoa proveniente de qualquer ideologia (inclusive do lado oponente – soldados japoneses contrários à Guerra).

Segundo Héctor Saint-Pierre (1997, p. 164), Mao Tsé-Tung pode ser considerado o formulador da guerra revolucionária dentro da corrente de pensamento marxista, “porque

pensou a estratégia como instrumento revolucionário para a tomada do poder através da força armada". Uma vez que, para o líder chinês, nas circunstâncias em que a China encontrava-se à época, o único caminho para a independência e a igualdade popular era a via armada, uma vez que o imperialismo corrente em vigor naquele território impedia o exercício da política.

Neste contexto, Saint-Pierre (1997) chama atenção para a reflexão proposta pelo líder chinês acerca da relação entre a Ética e a Guerra. Isto é, ao ponderar sobre a moralidade do embate, Mao Tsé-Tung argumenta que existem guerras justas e injustas. Para o líder chinês, a Primeira e a Segunda Guerra Mundial consistiram em confrontos injustos, pois foram comandados por Estados imperialistas e fascistas; bem como levaram esses à sua própria ruína e acusaram a crise existente no capitalismo. Esses conflitos assemelhavam-se, pela ótica de Mao Tsé-Tung, ao qual o Estado japonês vinha conduzindo na China; de modo que a resposta a isso seria um tipo de guerra necessária e justa – ou seja, a liderada pelo Partido Comunista da China e seus ideais (Tsé-Tung, 1975).

Sob tais condições, é possível afirmar que Mao Tsé-Tung (1975, p. 119) vislumbra a ação política e a ação militar como uma unidade. Nas suas palavras, "a guerra não deve, nem por um só momento, ser separada da política". E continua: "Pode, portanto, dizer-se que a política é guerra sem derramamento de sangue, e a guerra, política sangrenta"; ao mesmo tempo, ponderando que "Os meios usados na guerra são diferentes dos utilizados na política e, para que se possa vencer na guerra, é preciso que os envolvidos entendam essa distinção" (Tsé-Tung, 1975, p. 120-121). Neste tópico, é possível perceber que o líder chinês aborda a percepção *clausewitziana* da guerra de forma explícita ao precisar que pensa a ação política e a ação militar como uma unidade.

De acordo com Mao Tsé-Tung (1975), o enfrentamento em questão representava, para a China, a conservação da sua cultura e da sua história, assim como a sobrevivência de seu povo. Para as forças japonesas, em contraponto, o embate consistia em apenas mais uma guerra de conquista; ao passo que, nesta lógica, o incentivo de resistir seria maior do que o de invadir. Para Mao Tsé-Tung (1975), ainda, tal ofensiva bélica representava a continuidade da política capitalista e imperialista do Japão – cuja expansão passara a atingir, agora, territórios nas suas proximidades.

Nesta linha, Mao Tsé-Tung (1975, p. 122) definiu o propósito do confronto da seguinte forma: "O objetivo da guerra não é outro senão conservar as próprias forças e destruir o inimigo (destruir o inimigo significa desarmá-lo ou privá-lo da capacidade de resistir, e não, destruir fisicamente todas as suas forças)". Além disso, à vista da duração do conflito, o Mao Tsé-Tung pontuou que poderiam surgir questionamentos acerca da unidade política da

resistência. Esses poderiam aparecer a qualquer momento – inclusive no cerne na frente anti-Japão. Igualmente, tal possibilidade poderia aparecer a qualquer momento no largo da Guerra – inclusive no seio da frente anti-japonesa. Essa possibilidade manter-se-ia até o fim do embate.

Por isso, Mao Tsé-Tung (1975) ressaltava a importância da propaganda nestes casos, em vias de manter a população engajada na dinâmica bélica. À luz do fato de que a ocupação do território chinês pelas tropas japoneses representava uma ameaça externa, as discordâncias internas deveriam ser deixadas para o futuro – não perdendo o foco do real objetivo político do embate e a unicidade da frente de resistência.

De maneira relacionada, Mao Tsé-Tung (1975) salientou a necessidade de que a mobilização e a divulgação de um plano político sejam feitas – a todo o momento – em um conflito de resistência. Demonstrando, assim, que houve um planejamento prévio ao conflito, não somente o ato de resistir; de forma concomitante, evidencia à população o motivo de ela estar na luta.

Com isso, a concepção da GPP reside na união entre as Forças Armadas e o Povo, pois, na medida em que um exército conquista a simpatia popular, ele terá possibilidades de chegar à vitória. Ao passo que aquele que despertar o ódio na população será derrotado (Saint-Pierre, 1997).

Para Mao Tsé-Tung (1975), a estratégia político-militar por ele formulada obteria sucesso na China devido aos aspectos geográficos, populacionais e de urbanização do país. Isto é, a extensão da China dificultaria o avanço japonês no território, a população chinesa era muito maior do que a de seu oponente e, devido à disparidade organizacional e à desconexão dos os grandes centros com o interior, era possível que as cidades permanecessem isoladas no contexto do conflito. Neste sentido, frente à situação singular chinesa, a GPP mostrou-se como um resultado da combinação de uma série de fatores presentes no país.

A GPP, por sua vez, teve a sua execução pensada por meio de três fases: a primeira representa o momento da ofensiva estratégica do inimigo e da defensiva estratégica chinesa; mais tarde, o período de consolidação estratégica e de preparação da contra-ofensiva aos japoneses emerge; e a última etapa diz respeito à hora da contra-ofensiva estratégica da China e da retirada estratégica de seu inimigo (Tsé-Tung, 1975).

Inicialmente, o exército mais fraco sofrerá perdas de pessoas, de territórios e de moral – descreve Mao Tsé-Tung (1975). Nesta etapa, não se deixar desanimar e manter a união do povo acerca do conflito mostra-se crucial. Na segunda fase, as perdas do contingente bélico mais forte vão aumentar, até um ponto em que as forças igualar-se-ão e, posteriormente, a

balança de poder há de se inverter. Com a permanência do desgaste, a inauguração da terceira e última fase da implementação da GPP traz consigo pequenos problemas para o lado inicialmente mais fraco; o que demanda este momento da estratégia ser levado com paciência.

Mao Tsé-Tung destaca dois últimos aspectos táticos em sua obra. Inseridas na estratégia político-militar da GPP, há as formas de atuar em um embate a seguir: por meio da *guerra de movimento*, da *guerra de posições* ou da guerra de guerrilhas. Além disso, Mao Tsé-Tung (1975, p. 127, grifos próprios) menciona as “ações ofensivas de decisão rápida no exterior das linhas [de enfrentamento]”. Apesar de pregar uma estratégia de guerra de longa duração, evitando situações desfavoráveis ao considerar as características dos lados opositores, Mao Tsé-Tung (1975) reconhece que é preciso ocorrer embates decisivos para que a vitória possa acontecer. Ao pontuar que não é possível fugir o tempo todo, defende ataques rápidos, em pontos distantes das linhas inimigas e com a tentativa de superar os números opositores nessas zonas. Mas, também, sem buscar somente a vitória imediata.

Para mais, Mao Tsé-Tung (1975) defende a importância do planejamento das três fases da GPP, argumentando que o triunfo não é possível sem a organização – mesmo que o intento não possa ser seguido à risca, tendo em vista a natureza imprevisível da guerra. Ou seja, ao mesmo tempo, Mao Tsé-Tung (1975) reconhece que não há como prever o desenvolvimento completo de um conflito; podendo ocorrer percalços durante o desenrolar de suas etapas. “Nós admitimos que o fenômeno da guerra é mais difícil de compreender, pois caracteriza-se por um maior grau de incerteza do que qualquer outro fenômeno social, por outras palavras, mais do que qualquer outro, é uma questão de ‘probabilidade’” (Tsé-Tung, 1975, p. 130).

Mao Tsé-Tung (1975) entende, também, que a probabilidade de ganhar a guerra é favorecida quando se conhece melhor o inimigo. Em termos mais práticos, quanto mais inteligência e informações confiáveis forem adquiridas, maior a capacidade de agir do exército. Com um número amplo de dados, é possível idealizar planos bem adequados, tendo em vista que os últimos são essenciais para a busca pela vitória.

A partir disso, o líder chinês estabelece que cada guerra é uma guerra, criticando a ideia de aprender a arte de lutar apenas através de manuais militares – muitos dos quais costumam ser estrangeiros. Refutando a ideia de ter copiado o desenho estratégico da Revolução Russa, Mao Tsé-Tung (1975) certifica que as leis e os manuais referentes à luta armada em questão refletiam as características específicas da guerra civil, à época, em curso no país e do Exército Vermelho da União Soviética.

Por fim, Saint-Pierre (1997) expõe que a “grande lição” contida na doutrina elaborada por Mao Tsé-Tung consiste na percepção de que saber guerrear é, em primeiro lugar, saber se

defender. A partir desta visão, a guerra revolucionária pode e deve ser politicamente ofensiva, mas, também, pode e, por vezes, deve ser estrategicamente defensiva. Por isso, segundo Saint-Pierre (1997), a maior manobra militar de Mao Tsé-Tung foi a *Longa Marcha*: uma retirada estratégica, um movimento deliberado e proposital. Longe de uma operação forçada pelas circunstâncias, a Longa Marcha possibilitou um ganho de tempo para o preparo da contra-ofensiva chinesa, permitindo, ao mesmo tempo, que tais forças militares – ainda que, tecnicamente, em retirada – conduzissem combates taticamente ofensivos.

### **3. A obra “Guerra De Guerrillas” e a Teoria do Foquismo**

Em *A Guerra de Guerrilhas* (1960), Ernesto ‘Che’ Guevara abordou as conclusões gerais da experiência revolucionária que ocorreu, sobretudo, em *Sierra Maestra*, região serrana de Cuba. Por meio de seus ensinamentos, Guevara (1995) procurou demonstrar como os guerrilheiros deveriam compensar a sua inferioridade inicial no terreno militar através da mobilidade e da capacidade operacional tática. Isso permitiria a eles manter a iniciativa de forma constante, em uma perspectiva estratégica através da qual sobreviveriam e se afirmariam militarmente. Para, com isso, poderem se desenvolver politicamente.

Por meio da incorporação progressiva de camponeses às suas colunas e pela ampliação gradual do processo insurreccional ao longo do território de Cuba, o líder militar argentino definiu que, antes de tudo, a guerra de guerrilhas era um método para alcançar um fim. Esse consistia na conquista do poder político, de modo que tal tática era indispensável e inevitável para todo o revolucionário (Guevara, 1995).

Para Guevara (1995), a guerra de guerrilhas era, essencialmente, um confronto popular, uma luta de massas; de maneira que realizar este tipo de iniciativa sem o apoio da população acarretaria, invariavelmente, na derrota do contingente guerrilheiro. Sem estas premissas, portanto, a guerra de guerrilhas não poderia se materializar.

Por conseguinte, o Guevara (1995) ressalta o caráter fundamental do campo para a luta armada. Isso, porque, em zonas urbanas, os movimentos operários precisariam ser clandestinos, sem armas e na ilegalidade; enfrentando, assim, uma série de perigos e entraves. No espaço rural, a situação não se daria de forma tão dificultosa, pois a guerrilha armada apoiaria os habitantes, em lugares aos quais as forças repressivas não conseguiram chegar. De acordo com Quartim Moraes (1997, p. 135-136), a mobilização camponesa (fator político) combinada às menores dificuldades das zonas rurais (fator militar) proporcionam uma

*sinergia estratégica.* Nas palavras de Guevara (1995, p. 32, tradução própria<sup>2</sup>):

Os exércitos, estruturados e equipados para a guerra convencional, que são a força na qual se sustenta o poder das classes exploradoras, quando têm que enfrentar a luta irregular dos camponeses em seu ambiente natural, são absolutamente impotentes; perdem dez homens para cada combatente revolucionário que cai e a desmoralização se espalha rapidamente por eles, tendo que enfrentar um inimigo invisível e invencível que não lhes oferece a oportunidade de mostrar suas táticas acadêmicas e fanfarras de guerra, das quais se vangloriam tanto de reprimir trabalhadores e estudantes nas cidades.

O termo “foquismo” deriva da palavra *foco*, já que tal teoria ensina a instalação de várias concentrações de guerrilha nas zonas rurais dos países da América Latina como forma de, paulatinamente, ganhar a adesão das massas; destruir ou submeter o poder das forças armadas; e constituir um governo revolucionário. Um foco de guerrilha deveria começar com núcleos relativamente pequenos de pessoas, escolhendo lugares favoráveis à guerra de guerrilhas e com a intenção de desencadear um contra-ataque ou enfrentar o inimigo. Com isso, as forças armadas guerrilheiras começariam a agir (Debray, 1967, p. 61).

Há três condições permanentes que seriam mandatórias para a sobrevivência de uma guerrilha foquista, são elas: mobilidade, vigilância e desconfiança. Sem o uso adequado destes três elementos, os guerrilheiros dificilmente sobreviveriam. Neste contexto de ação política e militar, eles iriam crescer e se consolidar, de forma que as bases de apoio seriam estabelecidas; essas simbolizavam um elemento fundamental para o exército guerrilheiro prosperar (Guevara, 1995).

Com o decorrer do confronto, os revolucionários, em seu processo de crescimento, atingiriam um instante em que a sua capacidade de ação cobriria uma determinada região em sua totalidade, implicando a atuação de muitos homens e, por isso, uma concentração excessiva na área. Começa, assim, o que Guevara (1995, p. 50) chamou de *efeito colmeia* – o qual determinava que parte da guerrilha migrasse para outra região, conquistando-a e, com isso, repetindo a cadeia de desenvolvimento do método.

A guerrilha foquista tem, como resultado final, a aniquilação do adversário, de forma que ela ocorreria, de acordo com Guevara (1995), com a realização de três etapas. Em primeiro lugar, dá-se o momento da defensiva estratégica. Essa não corresponde a uma

<sup>2</sup> “Los ejércitos, estructurados y equipados para la guerra convencional, que son la fuerza en que se sustenta el poder de las clases explotadoras, cuando tienen que enfrentarse a la lucha irregular de los campesinos en el escenario natural de éstos, resultan absolutamente impotentes; pierden diez hombres por cada combatiente revolucionario que cae, y la desmoralización cunde rápidamente en ellos al tener que enfrentarse a un enemigo invisible e invencible que no les ofrece ocasión de lucir sus tácticas de academia y sus fanfarrias de guerra, de las que tanto alarde hacen para reprimir a los obreros y a los estudiantes en las ciudades”.

retirada para performar uma defesa passiva em um pequeno círculo, mas a ataques limitados que eram possíveis de serem feitos. Na segunda fase, o ponto de equilíbrio é atingido, onde as possibilidades de ação do inimigo e dos guerrilheiros são estabilizadas. O momento final é, então, inaugurado, ocorrendo o encontro decisivo e, com isso, o transbordamento do exército repressivo, a ocupação das grandes cidades e a total aniquilação do oponente.

Com a estabilização das forças, o embate adquire novas características. Por exemplo, a utilização de táticas como a guerra de movimentos e a guerra de manobras. Contudo, devido à capacidade de resistência e de contra-ataque mantida pelo inimigo, a guerra de guerrilhas não é completamente substituída.

Por sua vez, Guevara (1995), tendo em vista as condições presentes na região à época, pondera se o método da guerra de guerrilhas é, de fato, a estratégia mais adequada para a América Latina. Este ponto de sua obra requer bastante atenção, pois Guevara (1995, p. 42) estabelece que, com a eclosão da Revolução Cubana e, posteriormente, o seu triunfo, ela poderia desencadear vários *Vietnãs* na extensão do território latino-americano. Logo, o guerrilheiro argentino estabelece que as três contribuições fundamentais feitas pela Revolução Cubana para a mecânica dos movimentos revolucionários na América Latina foram:

Primeiro: as forças populares podem vencer uma guerra contra o exército. Segundo: não há sempre que esperar que sejam dadas todas as condições para a revolução; o foco insurreccional pode criá-las. Terceiro: na América subdesenvolvida, o terreno da luta armada deve ser fundamentalmente o campo (GUEVARA, 1995, p. 31, tradução própria<sup>3</sup>).

Tais contribuições, segundo Guevara (1995), poderiam ser aplicadas a qualquer um dos países da região, onde ocorressem guerras de guerrilhas. Por outro lado, pontua que houveram elementos excepcionalmente cubanos na Revolução, de modo que esses não poderiam ser generalizados no quadro dos conflitos sociais e políticos latino-americanos.

Neste tópico, Manolo Monereo Pérez (2001) destaca três aspectos como os principais. De início, tem-se a figura de seu dirigente máximo, Fidel Castro. Sua grandeza moral, capacidade de direção e de liderança da sociedade cubana eram elementos difíceis de transportar para outras realidades. Segundamente, singulariza-se a percepção estadunidense acerca do alcance da insurreição. Por último, há a proletarização dos campões que, devido às exigências do cultivo capitalista e à luta social por eles empreendida, haviam aumentado a sua capacidade organizacional e a sua consciência intelectual.

<sup>3</sup> “Primero: las fuerzas populares pueden ganar una guerra contra el ejército. Segundo: no siempre hay que esperar a que se den todas las condiciones para la revolución; el foco insurreccional puede crearlas. Tercero: en la América subdesarrollada, el terreno de la lucha armada debe ser fundamentalmente el campo”.

Enfim, Guevara (1995) conclui que a luta armada era inevitável e que se tratava de construir uma força material alternativa ao aparato político-militar do Estado burguês dependentista. Neste sentido, quando faz referência à *via pacífica* da resolução de conflitos, Guevara (1995, p. 34-35) o faz de maneira muito específica: a luta pacífica poderia ser factível em situações pontuais de crise, no sentido de que, em países onde não existam todas as prerrogativas essenciais para a tomada de poder, era lícito que surgissem diferentes alternativas. Sendo assim, é possível aferir que, embora seja concebível uma estratégia política de massas capaz de combinar trabalhos entre as instituições e as lutas sociais, não resta dúvida de que, para Che Guevara, a ruptura com o aparato e as instituições do Estado burguês exigiria uma fase militar.

#### **4. O *Minimanual do Guerrilheiro Urbano* de Carlos Marighella**

Para Carlos Marighella (1969a), foi a crise estrutural crônica brasileira, resultante da instabilidade política frente à eclosão do golpe que deu origem à Ditadura Militar no Brasil, a razão do abrupto surgimento da guerra revolucionária no país. Neste sentido, uma das características indispensáveis desta insurreição é que, desde o início, ela desenvolveu-se em torno das expropriações de riquezas da burguesia imperialista e dos interesses latifundiários. Sem excluir os representantes mais ricos e comerciais mais poderosos envolvidos na importação e exportação de negócios. Isso, porque Marighella acreditava ser mediante a expropriação da riqueza dos principais inimigos do povo que esta revolução popular brasileira seria capaz de golpeá-los em seus centros vitais, com ataques preferenciais e sistemáticos na rede bancária. Isto é, golpes contundentes contra o epicentro capitalista.

Marighella (1969a, p. 4) definiu que a “guerra revolucionária se manifesta na forma de guerra de guerrilha urbana, guerra psicológica, ou guerra guerrilheira rural”. O guerrilheiro urbano deve seguir uma meta política e somente atacar o governo, os grandes capitalistas e os imperialistas estadunidenses.

Marighella (1969a) institui, então, que aqueles interessados nesta forma de resistência armada precisariam apresentar algum entendimento político e um dos meios através do qual os guerrilheiros poderiam acessar tal compreensão era a leitura de trabalhos específicos. Ao elencar algumas sugestões de material, Marighella (1969a, p. 5) menciona, nominalmente, a obra de Guevara, *Guerra de Guerrilhas*, de 1960. Recuperando, aqui, a imbricada relação entre Guerra e Política articulada em tópicos anteriores do presente trabalho.

Para mais, delimita que o guerrilheiro urbano possui uma vantagem acerca dos

militares e da polícia, pois os últimos atuam a favor do inimigo. Já o guerrilheiro defende uma causa justa: a causa do povo.

Após referenciar o conceito de guerra justa proposto por Mao Tsé-Tung (1975) e a essencialidade do apoio popular à guerra revolucionária – trazido tanto por Mao Tsé-Tung (1975) quanto por Guevara (1995) –, Marighella (1969a) estabelece que o guerrilheiro urbano é um homem que luta com armas contra uma ditadura militar, utilizando métodos não-convencionais. Em suas palavras, um *guerrilheiro urbano* é um “revolucionário político e um patriota ardente, ele é um lutador pela libertação de seu país, um amigo de sua gente e da liberdade. A área na qual o guerrilheiro urbano atua são as grandes cidades brasileiras” (Marighella, 1969a, p. 4).

Marighella (1969a) reforçava a necessidade de o guerrilheiro urbano ser imaginativo e criativo, uma vez que nem sempre é possível antecipar o desabrochar do confronto; ao mesmo tempo em que identificava a ausência do planejamento e a atuação improvisada como um dos sete pecados da guerrilha urbana. Percebe-se, portanto, que o revolucionário brasileiro faz alusão tanto à ideia de planejamento quanto ao protagonismo do acaso em um enfrentamento bélico, ambos destacados por Mao Tsé-Tung em seus trabalhos.

Marighella (1969a) estipula os principais objetivos de um guerrilheiro urbano sendo (1) a extermínio física dos chefes e assistentes das forças armadas e da polícia e (2) a expropriação dos recursos do governo e daqueles que pertencem aos grandes capitalistas, latifundiários e imperialistas.

A condição básica para a sobrevivência do guerrilheiro no confronto é a de saber atirar, segundo Marighella (1969a). Isso, pois, na guerra convencional, o combate é, geralmente, à distância e com armas de longo alcance. Em contrapartida, no que concerne à guerra guerrilheira urbana, o combate é de curta extensão. Para evitar sua própria morte, o guerrilheiro urbano deve, sempre, proferir o primeiro tiro, não podendo errar em seu disparo.

Ao comparar a logística das forças armadas convencionais às da guerrilha urbana em sua obra, para Marighella (1969a, p. 15), a primeira seria representada pelas letras CCEM (comida; combustível; equipamento; e munições). Já a última, consistiria na sigla MDAME, isto é, mecanização, dinheiro, armas, munições e explosivos.

Desta forma, as dinâmicas das guerrilhas urbanas consistem em violentos choques do exército guerrilheiro contra as forças militares e policiais da Ditadura. A fim de evitar a derrota e compensar pela sua vulnerabilidade e pela falta de material, Marighella (1969a) indica que a principal vantagem inicial que deve ser explorada pela guerrilha urbana é o elemento da surpresa. Nas palavras de Marighella (1969a, p. 18), a técnica da guerrilha

urbana teria as subsequentes características:

- a. É uma técnica agressiva, isto é, tem um caráter ofensivo. Como é bem conhecido, a ação defensiva significa a morte para nós. Já que somos inferiores ao inimigo em poder de fogo e não temos nem seus recursos nem seu poderio, não podemos nos defender de uma ofensiva ou um ataque concentrado pelo exército [...].
- b. É uma técnica de ataque e retirada pelo qual preservamos nossas forças.
- c. É uma técnica que busca o desenvolvimento das guerrilhas urbanas, cuja função é desgastar, desmoralizar, e distrair as forças inimigas [...].

O líder revolucionário brasileiro recupera a teoria foquista de Guevara e Debray (1967) ao desenvolver a ideia de *Grupos de Fogo*. Marighella (1969a) fixa que, para uma guerrilha urbana ser bem sucedida, os combatentes têm que estar organizados em pequenos grupos dirigidos por uma ou duas pessoas. É essencial evitar qualquer rigidez na sua organização, permitindo um maior nível de iniciativa por parte do grupo de fogo. Nenhum grupo de fogo deve permanecer inativo esperando ordens superiores, uma vez que o seu objetivo era, em essência, agir.

As formas estabelecidas pelo *Minimanual do Guerrilheiro Urbano* para estes grupos revolucionários realizarem suas ações foram: assaltos; invasões; ocupações; emboscadas; táticas de rua; greves e interrupções de trabalho; deserções, desvios, tomas, expropriações de armas, munições e explosivos; libertação de prisioneiros; execuções; sequestros; sabotagem; terrorismo; propaganda armada; e a *guerra de nervos*<sup>4</sup> (Marighella, 1969a).

No que concerne aos assaltos, Marighella (1969a) determinou, mais uma vez, os bancos e estabelecimentos de crédito como os principais alvos a serem minados. No tocante aos sequestros, vale mencionar que o mais emblemático realizado pela ALN foi o sequestro do embaixador estadunidense Charles Burke Elbrick. Mário Magalhães (2012) afirma que Marighella não tinha conhecimento daquela ação. E, sobre o terrorismo, para Marighella (1969a), ele é uma ação envolvendo a colocação de uma bomba comum ou de fogo de grande poder destrutivo e não poderia ser descartada como uma opção de combate.

Finalmente, Marighella (1969a) alerta que é impossível não aparecer dificuldades em um enfrentamento urbano, de maneira que a chance de muitos guerrilheiros deixarem o exercício revolucionário era real. Logo, Marighella (1969a) enfatiza a importância da propaganda, visando convencer as massas sobre as razões válidas para a existência de tal disputa, abordando as últimas através de discursos, proclamações e outros. Marighella

<sup>4</sup> Para Marighella (1969a, p. 49), a guerra de nervos e a guerra psicológica correspondiam à mesma iniciativa. Isto é, uma técnica agressiva, baseada no uso direto ou indireto dos meios de comunicação de massas, tal qual notícias transmitidas oralmente com o propósito de desmoralizar o governo.

(1969a), então, conclui que a guerra de guerrilhas buscava a aliança armada entre trabalhadores, camponeses, estudantes, intelectuais e sacerdotes.

Tal prática – salientada também por Mao Tsé-Tung (1975) e Guevara (1995) – ocorreria, nas palavras de Debray, da seguinte forma: “o primeiro núcleo de combatentes será dividido em pequenas patrulhas de propaganda que cobrirão as áreas de montanha, entrando em aldeias, realizando reuniões, falando aqui e ali, a fim de explicar os objetivos sociais da Revolução, denunciar os inimigos do campesinato” (1967, p. 47, tradução própria<sup>5</sup>).

Após o líder e ideólogo da organização (bem como o seu sucessor) terem sido assassinados pela Ditadura Militar Brasileira, a ALN sofreu diversas dissidências e grande parte de seus membros foram perseguidos, torturados e assassinados pelo mesmo regime. Antes de sua morte, Marighella publicou o *Minimanual do Guerrilheiro Urbano*, em junho do mesmo ano de seu falecimento: 1969. O objetivo da publicação foi fazer com que suas ideias alcançassem um número maior de revolucionários.

Para Jean Rodrigues Sales (2009), Marighella foi bem-sucedido em seu objetivo, visto que sua forma de pensar acabou influenciando grupos radicais europeus – como o *Action Directe* (França), as *Brigadas Vermelhas* (Itália) e o *Baader Meinhof* (Alemanha). Sua obra cumpre, então, as expectativas almejadas para um manual, oferecendo coordenadas para se operar uma guerrilha urbana. Frei Betto (1987) atribuiu o sucesso da obra do guerrilheiro urbano brasileiro à capacidade de a mesma desenhar o inimigo com perfeição.

## Considerações Finais

A partir do desenvolvido por este trabalho é possível afirmar que o *Minimanual do Guerrilheiro Urbano* (1969a) de Carlos Marighella foi influenciado pelos escritos de Mao Tsé-Tung (1975) e pela obra de Ernesto ‘Che’ Guevara (1995). Tal compreensão foi construída tendo como ponto de partida o conceito de *guerra revolucionária* formulado por Saint-Pierre (1997), a partir da sua leitura da estratégia revolucionária leninista.

Nesta aproximação da doutrina marxista-leninista, Marighella (1969b, p. 11) fazia referência a “uma estratégia global e conduzida em termos de luta de classes”, mas ressaltava que “antes de fazer o socialismo, é preciso liquidar o aparelho burocrático e militar da reação e esvaziar o país do invasor norte-americano. Ele continuou: “Nisto seguimos, aliás, a declaração geral da OLAS. Como para Cuba, seguindo-se esta orientação chega-se

<sup>5</sup> “The first nucleus of fighters will be divided into small propaganda patrols which will cover the mountain areas, going into villages, holding meetings, speaking here and there, in order to explain the social goals of the Revolution, to denounce the enemies of the peasantry”.

necessariamente ao socialismo”.

Além disso, os três perseguiam um objetivo político, evidenciando, assim, a incorporação em seus textos do princípio *clausewitziano* da guerra como continuidade da política (Clausewitz, 1989). Bem como, ao traçar a estrutura de suas respectivas estratégias político-militares, Mao Tsé-Tung (1975), Guevara (1995) e Marighella (1969a) incluem a tática da guerra de guerrilhas como uma relevante opção; quando não a principal.

Ademais, as três lideranças articuladas frisaram uma maior fluidez e hierarquia menos rígida, ambas características dos métodos adotados pela luta revolucionária, em comparação ao demandado pelos Exércitos Nacionais. Em adição, Mao Tsé-Tung (1975), Guevara (1995) e Marighella (1969a) compartilhavam da percepção de que a luta armada seria a única via através da qual eles conseguiram conquistar a sua meta política, bem como seria capaz de incentivar a consciência revolucionária na população de base na China, em Cuba e no Brasil.

No tocante às diferenças, de início, há os respectivos e distintos contextos nacionais nos quais Mao Tsé-Tung, Che Guevara e Carlos Marighella viveram. Diante disso, o líder chinês apresenta uma estratégia político-militar de guerra revolucionária mais voltada para a defensiva estratégica (Tsé-Tung, 1975). O guerrilheiro argentino, em contrapartida, ressalta a criação de pequenos focos como método de combate (Guevara, 1995). E, por último, o revolucionário brasileiro explora um pouco dos dois (Marighella, 1969a).

Ao promover uma atuação mais ofensiva – ressaltando a importância do guerrilheiro urbano ser o primeiro a atirar –, Marighella (1969a) retoma a doutrina do foquismo por meio dos grupos de fogo. Mais adiante em seus escritos, ele recupera a estratégia político-militar maoísta ao adicionar ao seu pensamento a ideia de guerrilha como guerra de movimento: em forma de marcha e de colunas guerrilheiras móveis, haja vista a dimensão continental do Brasil (Sales, 2008).

Diferentemente da Revolução Cubana, durante a qual, a partir de *Sierra Maestra*, os guerrilheiros expandiram suas forças até a tomada do poder central, o líder da ALN definiu que a guerrilha no Brasil deveria ser móvel, atacando locais variados e não se fixando em um território específico.

Outro aspecto relevante de distinção entre a visão de Marighella e Guevara era que o primeiro focava nos grandes centros urbanos para, depois, atingir o campo. Neste tópico, ao atingir o campo, Marighella defendia um processo de reforma agrária nos moldes cubanos da Revolução: “Atacaremos os grandes proprietários de terras brasileiros e americanos. Sequestraremos ou mataremos os que exploram e perseguem os camponeses. Tomaremos os rebanhos e os víveres das grandes fazendas para dá-los aos camponeses” (1969b, p. 8).

É importante pontuar que, ao se tratar de fontes primárias e de formulações de doutrinas político-militares em contextos específicos, o manual de Marighella (1969a), assim como os escritos de Guevara (1995) e Mao Tsé-Tung (1975), não representam um sistema acabado; podendo abrigar contradições, retificações e mais – tal qual pode se esperar de produções deste tipo.

Por fim, destaca-se que, embora o presente artigo tenha se dedicado a construir a percepção de que – na extensão das formulações sobre guerra revolucionária – a obra de 1969, “Minimanual do Guerrilheiro Urbano”, foi influenciada pelos escritos de Mao Tsé-Tung (1975) e pelo pensamento de Guevara (1995) e de Guevara e Debray (1967), não significa que a estratégia político-militar de Marighella seja caracterizada como tipicamente foquista ou maoísta. Pelo contrário.

Em uma entrevista concedida ao semanário francês *Front*, no ano em que foi assassinado, quando indagado se simpatizava com alguma experiência revolucionária específica, Marighella (1969b, p. 6) diz: “Na China estudei bastante a revolução. Mas, se formos falar de inspiração, a nossa vem especialmente de Cuba e do Vietnã”. Em seguida, quando perguntam a ele sobre sua ideologia, Marighella afirma “Marxista-leninista. Mas não ‘ortodoxa’, como dizem. Nós não seguimos nem seguiremos jamais, mesmo após a tomada do poder, nenhuma ortodoxia” (1969b, p. 6). E, por último, Marighella respondeu da seguinte forma à pergunta de se era maoísta: “Sou brasileiro. Sou o que a prática revolucionária exercida no contexto brasileiro fez de mim. Seguimos nosso próprio caminho e se chegamos a pontos de vista semelhantes aos de Mao, Ho Chi Minh, Fidel Castro, Guevara etc., não terá sido de propósito” (Marighella, 1969b, p. 6).

Neste sentido, levando em consideração o contexto particular da Ditadura Militar no Brasil e respeitando as reflexões do próprio guerrilheiro, argumenta-se que a doutrina de Marighella consiste em um produto autônomo e tipicamente *brasileiro*. Tal como a experiência da Revolução Cubana ressoa de igual forma em seu país e assim por diante...

## Referências

CLAUSEWITZ, Carl von. **On War**. Princeton: Princeton University Press, 1989.

DEBRAY, Régis. **Revolution in the Revolution?** Armed Struggle and Political Struggle in Latin America. New York: Grove Press, 1967.

BETTO, Frei. **Batismo de Sangue**: Os dominicanos e a morte de Carlos Marighella. Rio de Janeiro: Bertrand, 1987.

GUEVARA, Che. Guerra de Guerrillas: un metodo. In: GUEVARA, Che. **Obras Completas**.

Buenos Aires: Legasa, 1995, p. 29-54.

LÊNIN, Vladimir. **Obras escolhidas**. Três Vols. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

MAGALHÃES, Mário. **Marighella**: O guerrilheiro que incendiou o mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MARIGHELLA, Carlos. **Manual do Guerrilheiro Urbano**. Ponte de Lima: Coletivo Sabotagem, 1969a.

MARIGHELLA, Carlos. O Brasil será um novo Vietnã. [Entrevista concedida a] Conrad Detrez. **FRONT – Revista mensal de informação política internacional**, nº 3, França, p. 1-15, novembro de 1969b.

MORAES, João Quartim de. Che Guevara: o antiimperialismo em atos. **Crítica Marxista**, São Paulo, v. 1, nº 5, p. 129-143, 1997.

MONEREO, Manolo Pérez. **Che Guevara: Contribuição ao pensamento revolucionário**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

PARET, Peter. Clausewitz. In: PARET, Peter (org.). **Construtores da Estratégia Moderna**. Tomo 1. Rio de Janeiro: Bibliex, 2001, p. 257-292.

SALES, Jean Rodrigues. A Ação Libertadora Nacional, a revolução cubana e a luta armada no Brasil. **Tempo**, Niterói, v. 14, nº 27, p. 199-217, 2009.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis. Considerações sobre a teoria da guerra revolucionária de Mao Tsé-tung. **Crítica Marxista**, São Paulo, v. 1, nº 4, p. 162-177, 1997.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis. Guerra e guerra revolucionária. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, nº 8, p. 31-41, 1997.

SHY, John; COLLIER, Thomas. Guerra Revolucionária. In: PARET, Peter (org.). **Construtores da Estratégia Moderna**. Tomo 2. Rio de Janeiro: Bibliex, 2003, p. 467-530.

TSÉ-TUNG, Mao. Sobre a Guerra Prolongada. In: TSÉ-TUNG, Mao. **Obras Escolhidas de Mao Tsé-tung**. Tomo II. São Paulo: Alfa Omega, 1979, p. 84-153.

VALENTE, Amanda Matos; SILVA, Luiz Carlos Vieira da. Como o Minimanual do Guerrilheiro Urbano foi utilizado pelas guerrilhas urbanas ALN e Baader Meinhof e sua influência para os grupos durante sua atuação. **Revista de Análise Internacional**, Curitiba, v. 2, nº 1, p. 65-86, jun., 2017.